**SOBRE A EDUCAÇÃO: A *PAIDEIA* EM PLATÃO**

**EVERTON NERY CARNEIRO**

**Professor Doutor da Universidade do Estado da Bahia**

[**ecarneiro@uneb.br**](mailto:ecarneiro@uneb.br)

**FRANCISCA GENY LUSTOSA**

**Professora Doutora da Universidade Federal do Ceará**

[**franciscageny@yahoo.com.br**](mailto:franciscageny@yahoo.com.br)

**RESUMO**

O presente texto traz como objetivo tratar sobre a educação na seara da *paideia* em Platão. Seguir esse trilho é caminhar buscando atualizar a interpretação da sua obra “A República”, tendo como ação metodológica a filosofia como perspectiva ir além da contemplação e da reflexão, para ocupar a dimensão da criação de conceitos, sendo desta forma uma atividade criadora. Ao assumir esse procedimento metódico apontamos para o paradoxo entre a *paideia* como livre desenvolvimento das capacidades naturais e a *paideia* como processo de restrição dessa mesma liberdade. O nosso objeto residindo na obra “A República” de Platão, tem como mote principal de esta obra não trata sobre o Estado, mas o ser humano e sua capacidade de criar o próprio Estado. Toda a construção dessa texto tem como base a ideia (sem ingenuidade epistemológica) de uma superação da *doxa* rumando a uma construção da *episteme*, ou seja, de um processo de libertação da opinião e construção do conhecimento.

Palavras-chave: Educação. Platão. Paideia.

**Introdução**

Ao longo de 70 anos, Platão, que segundo Jaeger, “não era simplesmente um filósofo, mas o filósofo” (JAEGER, 2010, 582), nasceu em Atenas, 428 ou 427 a.C. e morreu em 347 a.C. (PAVIANI, 2013, p.09) deixou suas marcas na filosofia e na educação. Tendo recebido educação clássica ateniense, foi preparado fisicamente, tanto para os jogos como para a guerra. Além disso, estudou literatura e música, tendo frequentado os sofistas buscando possuir a habilidade retórica, que é fundamental à participação da vida na *pólis*, “que é o marco inicial da cultura helênica” (JAEGER, apud NUNES, 2010, p.80), como era típico dos cidadãos livres.

Platão teve sua vida e educação tão profundamente marcada por Sócrates, “que nada escreveu, e que, condenado à morte, perdeu igualmente a palavra. Mas Platão surge com a missão de devolver-lhe a palavra, tornando-o personagem central da maioria de seus diálogos.” (PAVIANI, 2008, p.14). Nos relatos sobre o pensamento e a vida de Sócrates, não se sabe quais são as ideias produzidas pelo mestre e quais são as de Platão, que denotam a produção de um sistema filosófico original, “além disso, essa filosofia nasce, em grande parte, do escândalo da morte de Sócrates”. (PAVIANI, 2008, p.08).Nessa interpretação, o pensamento socrático se confunde com a própria obra de Platão, já que esta apresenta Sócrates ora como um mestre, cujas lições são relatadas, ora como personagem de um mestre que divulga a filosofia platônica, conferindo-lhe vigor, “Assim, consideradas as circunstâncias históricas, Platão é, por excelência, o maior herdeiro da figura moral de Sócrates.” (PAVIANI, 2008, p.11)

Tal como Sócrates, Platão percebe, na falta da ciência, da *areté* e da *diké*, a causa dos males que degradam a cidade. O próprio Sócrates teria sido vítima dessa falta de verdade, virtude e justiça, tendo sido condenado à morte.

No que se refere tanto ao problema epistemológico quanto aos filosóficos, éticos e políticos desse contexto histórico-filosófico parecem ser ensaiadas em dois diálogos (“*O Banquete*” e “*A República*”). Esses diálogos comportam compreender como Platão concebe a filosofia e idealiza o filósofo como educador do Estado e dos cidadãos, atribuindo a ele um papel fundamental no funcionamento da cidade ideal, alargando os ensinamentos do mestre e erguendo os fundamentos de um pensamento próprio, entendendo que “só a partir da prática do diálogo podemos entender uma série de outras manifestações, como, por exemplo, a arte da retórica e a democracia.” (PAVIANI, 2008, p.16). Assim, estaremos seguindo Jaeger (2010), com o objetivo de explicitar o momento em que Platão se distancia do mestre, ao definir a essência da filosofia e ao elaborar a ideia de justiça, que “é aquilo mesmo que faz com que a cidade participe da virtude” (PLATÃO, 2002, p.182).Pensamos assim de ir buscando construir uma leitura atualizada de “*A República”* e para fazer isso deve-se “... tentar restituí-la, procurando recompor, a partir da discussão do problema da Justiça, a construção da nova Pólis, por meio da qual essa concepção do mundo se construiu.” (NUNES, 2010, p.84).Faremos essa caminhada tendo como fio condutor a educação, a *paideia.*

Para Platão a filosofia consiste em contemplação. Para Descartes a filosofia consiste em reflexão. Já para Deleuze a filosofia consiste em criar conceitos e não em contemplar. Seja como for, o que são conceitos? Antes de mais nada, “produzir conceitos é, antes de tudo, uma atividade criadora que permite inventar novas maneiras de pensar, de sentir, de ver (conceber, perceber), de compreender o incompreensível.” (HARDY-VALLÉE, 2013, p.10). Assim entendemos que criar um conceito não é enclausurar-se numa ideia. Mas o que é um conceito? “Um conceito representa uma categoria de objetos, de eventos ou de situações e pode ser expresso por uma ou mais palavras.” (HARDY-VALLÉE, 2013, p.16)

Precisamos caminhar na direção da compreensão que os conceitos estão no centro da atividade cognitiva e aqui temos a aprendizagem e a educação. A primeira é marcada pela aquisição de conceitos (de forma simples é aquilo que você faz com você). A segunda é uma produção/construção de conceitos (de forma geral, aquilo que os outros fazem de você).

Estamos a tratar inicialmente sobre a aprendizagem, na perspectiva de que ela é um fenômeno relacionado com o ato ou efeito de aprender. Sendo um fenômeno que faz parte da pedagogia, a aprendizagem é uma modificação do comportamento individual, em que a aprendizagem escolar se distingue pelo caráter sistemático, intencional e organização das atividades (estímulos) que desencadeiam, atividades que se inserem em um quadro de finalidades e exigências determinadas pela instituição escolar e “só temos acesso àquilo para o que estamos abertos.” (Leão, 1997, p.53)

**Do Legado de um à Sabedoria do outro**

Pensar no legado, como o que uma pessoa deixa quando morre é pensar numa espécie de herança. Fazer isso com relação a Sócrates significa entender que com ele tem origem o processo a concretização da filosofia como pensar sistemático sobre a ação humana e sobre a possibilidade de edificar um Estado tendo como ponto de partida uma educação baseada na razão. Um e outro, Sócrates e Platão, onde o pensamento desse último, tendo sido herdeiro do primeiro, se concentra sobre os aspectos citados, que ele pretende realizar. Começamos aqui com o pensar de Jaeger (2010, p.590-591):

O verdadeiro acento desta investigação recairá sobre os objetivos “políticos” e sobre o conteúdo essencial da filosofia platônica; mas o conceito de político será encarado neste contexto através da história global da Paidéia, e sobretudo através do que expusemos sobre Sócrates e sobre o alcance “político” da sua ação.

A verdadeira comunidade, como o espaço dentro do qual se deve consumar a suprema virtude do Homem. A sua obra de reformador está animada pelo espírito educador da Filosofia socrática, que não se contenta em contemplar a essência das coisas, mas quer criar o Bem.

É desse ponto de vista que Platão assume o legado socrático. Enquanto Sócrates aponta a perspectiva para o conhecimento do Bem, Platão busca encontrar o caminho que conduz a esse alvo, almejando ir além da filosofia socrática, entendendo que “para Platão, o bem e a felicidade são uma e a mesma coisa.” (JAEGER, 2010, p.877)

Platão acolhe e amplia as aspirações de Sócrates, que apesar do aparente fracasso desse, diante do tribunal ateniense, parece ativar, em Platão, o anseio que se alcance a *paideia* justa. É por esse motivo que a figura simbólica de Sócrates passa a ocupar o lugar de protagonista nos diálogos platônicos, onde conclui a *Apologia* com as seguintes palavras: “Mas agora é chegada a hora de partirmos. Parto para a morte e vós para a vida. Entretanto, qual de nós caminha para melhor sorte é algo que somente o deus sabe.” (PLATÃO, 2008, p.168)

Lembremos que para Platão a filosofia nasce de um escândalo “que representa a neutralidade de um logos doravante separado da realidade que deve dizer.”(ROGUE, 2011, p.35). Em Platão, a morte de Sócrates é símbolo dessa separação, e tendo ela ocorrido e Sócrates morrido “o logos tornou-se essencialmente mau.” (ROGUE, 2011, p.35).O que o filósofo deve fazer? Ele deve se esforçar para promover a redenção do *logos*, buscando “sua reaplicação ao ser” (ROGUE, 2011, p.37). Pensamos assim, que o *logos* é simultaneamente discurso e raciocínio. Esse dueto nos aproxima de Rogue, pois:

Falar é um ato eminentemente moral, é o ato onde o homem pode – e deve – estar maximamente próximo do verdadeiro. Neste sentido, a República chegará a dizer que os atos estão menos próximos do verdadeiro que o próprio discurso, pois do discurso à ação há uma forma de perda. (ROGUE, 2011, p.40)

Nessa toada, pensamos que é necessário falar o que se pensa, principalmente, entendemos que é preciso existir um acordo, uma homologia entre o dito e o feito. Caso contrário não se atinge o ser. Ao contemplar as ideias do bem e da beleza, os seres humanos podem ter acesso à sabedoria e à ciência, através do qual idealizam e dão origem às virtudes, tornando-se imortais.

Essa imortalidade é via o amor, o *Eros*, quefunciona como um impulso inato ao ser humano que o leva à expansão do mais forte e sublime eu, e o sentido da *paideia* é fazer prevalecer o humano dentro do ser humano, assim “Platão introduz o Eros na eternidade” (JAEGER, 2010, p.724). Em Platão, no *“Banquete”*, Sócrates é o mestre do *Eros*, o verdadeiro filósofo, sendo este *Eros* “descrito como a força propulsora que se converte em educadora ...”.(JAEGER, 2010, p.743)

Sócrates não é tão somente a figura do mestre-filósofo, cujo padrão deve convir aos seguidores de sua filosofia, é também aquele que busca retificar a decadência da política, dos costumes e da *paideia* grega, advertindo sobre o caminho para chegar a uma *paideia* justa, entendendo que:

O projeto educativo de Platão, aquele que deve traçar o caminho para a formação do homem equilibrado, maduro, sábio e feliz, é também o seu projeto político. Cidadão e cidade estão numa relação dialética de causa e efeito mútuos. Um e outra se refletem e se geram. Não há como pensar educação pessoal fora da realidade política formadora. Não há como pensar reforma social ou política senão através de uma ação educativa pessoal. (LARA, 1989, p.114)

Platão não rejeita a busca da construção de uma filosofia que se conteste o declínio da política, da ética e da *paideia* grega, aspirando fundar um ideal virtuoso a ser desenvolvido por uma *paidéia e não por uma paidia,* “quer dizer, entre a cultura e o mero passatempo” (JAEGER, 2010, p.920) e a se constituir em uma cidade justa.

**A justiça, a virtude e a *Paideia***

Em *“A República”*, Platão busca mostrar os problemas da efetivação da verdadeira *paideia.* Ele fornece um conceito carregado de plasticidade daquilo que compõe os desafios éticos e políticos que devem ser enfrentados. As discussões são iniciadas com o debate sobre a justiça, que tomará toda a obra. É importante entender que “o único mal verdadeiro é a injustiça. Este mal, porém só afeta a alma de quem o comete, não de quem padece.” (JAEGER, 2010, p.662). Perceber e trabalhar o que seja o Bom, o Bem, o Belo e o Justo, demanda re-educar a contemplação. Platão tem consciência de que para a reconstrução da *paideia* faz-se necessário uma definição da justiça, a qual deve ser intrínseca à alma, cuja natureza não se pode duvidar, pois se assim fosse ela seria tão somente uma representação das variáveis exógenas e dos interesses políticos privados. Sobre o conceito de justiça em Platão, Bergson afirma:

A justiça consiste em retribuir a cada um e a cada coisa aquilo que lhe é devido e, por conseguinte, preservar seu lugar exato. A justiça, portanto, não é apenas uma virtude social, como se diria hoje em dia. Consiste em viver em harmonia: consigo mesmo e, em decorrência, com os outros; esta última parte é, segundo Platão, uma consequência. (BERGSON, 2015, p.117)

Seguindo esse caminho: “Não há senão um caminho para se salvar, que é o de se conservar livre de toda a injustiça.” (JAEGER, 2010, p.685)

Tendo como ponto de partida a querela sobre qual o verdadeiro conceito de justiça, Platão a define a partir do homem virtuoso e do ideal de cidade justa. Ao longo da obra *“A República”,* libertando-se da *doxa[[1]](#footnote-1)* vigente a respeito do que é um homem justo e se perguntando sobre a cidade justa, verifica que estes não existiram ao longo da história, nem no presente, sendo necessário concebê-los a partir de um ideal.

O ideal do ser humano justo é aquele que consegue dominar as paixões por meio da razão. Este ideal deve ser perseguido pela filosofia, justificado por uma ética que caminha em direção à libertação do ser humano dos vícios, da irracionalidade na qual está submersa. Mais do que legitimada por uma Ética, essa proposição se depara, em *“A República”,* com uma vinculação à política, pois cada uma das virtudes obtidas pelo ser humano virtuoso, por meio da ascese é importante para a construção da cidade justa. Assim, o incremento das qualidades e das afeições da alma de cada um dos cidadãos, conforme a essência e a inclinação corresponderiam às virtudes necessárias para o aprendizado de cada função da cidade concebidos por Platão como justo. Sobre o justo entendemos que: “…ninguém é justo por sua vontade, mas constrangido, por entender que a justiça não é um bem para si, individualmente, uma vez que, quando cada um julga que lhe é possível cometer injustiças, comete-as.” (PAVIANI, 2008, p.120)

Por isso, a sua apreensão está em educar os cidadãos para a justiça, ainda que reconhecendo que existem muitas maneiras desse educador se afastar do objetivo. Para isso, em um sentido, ocupa-se em afiançar a formação da alma sadia e, num outro, reflete nos caminhos de degenerescência próprios às modalidades do Estado. Assim, “o conceito decisivo para a história da *paideia* é o conceito socrático de ‘fim da vida’” (JAEGER, 2010, p.571), sendo que “a verdadeira essência da educação é dar ao homem condições para alcançar o fim autêntico da sua vida.” (JAEGER, 2010, p.571)

O mote principal de *“A República”* não é o Estado, mas o ser humano e sua capacidade de criar o próprio Estado, compreendendo que criar “nada mais é do que deixar que a obra aconteça, que ela siga seu rumo.” (HADDOCK-LOBO, 2010, p.12). O Estado, assim, seria a representação do mais admirável ser humano, que corresponde ao tipo ideal do homem verdadeiramente justo. Na concepção de Jaeger:

A República platônica é, antes de tudo, uma obra de formação humana. Não é uma obra política no sentido habitual do político, mas sim no seu sentido socrático. […] O homem perfeito só num Estado perfeito se pode formar, e vice-versa: a formação deste tipo de Estado é um problema de formação de homens. É nisto que se baseia o fundamento da correlação absoluta que existe entre a estrutura interna do Homem e a do Estado, entre os tipos de Homem e os tipos de Estado. E isto explica igualmente a contínua tendência de Platão a sublinhar a atmosfera pública e a sua importância para a formação do homem. (JAEGER, 2010, p.837)

Entendemos aqui que Platão compreende que, enquanto o poder político e o coração filosófico não corresponderem, não será possível resolver a questão da formação do homem grego em sentido socrático e o dos males que atingem o tecido social. A investigação de Platão busca exatamente apontar uma ideia de poder livre dos sinais do egoísmo, para reduzi-lo à aspiração pura, que, por essência, visa o bem. (JAEGER, 2010, p.840). É nesse sentido que a filosofia se torna, de modo paradoxal, a abertura para o verdadeiro poder, do que Platão conclui o direito que ela tem de governar. O que falta saber é como a filosofia viria a ser essa abertura e como revelaria o conhecimento verdadeiro para conseguir o direito de governar e se estabelecer no verdadeiro vigor competente em educar a cidade.

**A Reflexão Filosófica e a *Paideia***

Ao buscar responder aos problemas citados, Platão assegura que sua filosofia possui caminho próprio, fundamentada numa epistemologia. Esse processo é denominado por ele de dialética[[2]](#footnote-2) e realiza a interpretação do mesmo como o método de saída/subida do conhecimento do mundo dos sentidos, em que este acontece somente como *doxa,* para o mundo das ideias, em que se obtém a *episteme[[3]](#footnote-3),* entendendo:

O plano filosófico tem por fundo a distinção entre ciência (*episteme*) e opinião (*doxa*), e se desenvolve diretamente ligado à Paidéia dos dirigentes, que culmina com a Dialética como formado saber filosófico, depois das matemáticas e da Astronomia. O processo educativo encadeia num só e único movimento o conteúdo das disciplinas ao saber que elas representam. É um saber que se perfaz para além de uma aprendizagem comum e receptiva, à custa de uma dupla conversão. (NUNES, 2010, p.92-93)

A dialética aborda a negativa daquilo que se concebe como opinião, visto que oriundo das ideias e dos sentidos, aspirando um grau de conhecimento elevado, que apenas pode ser descoberto no mundo das ideias, onde “a reconquista da verdadeira natureza humana à luz do verdadeiro conhecimento sintetiza a dupla conversão em seus dois aspectos interligados, a *paideia* e a *aletheia*.” (NUNES, 2010, p.94).

Entre essas ideias, a fundamental é a ideia de bem, em torno da qual estão as demais, pois ela esclareceria todo o caminho do conhecimento, do mesmo modo como o ato daqueles que sabiamente fossem por ela conduzidos. De maneira análoga ao sol, que consente ao ser humano perceber os objetos, o bem propiciaria que o pensar humano apreciasse as ideias verdadeiras e reconhecesse cientificamente os objetos abstratos, fazendo com que a procedimento humano fosse justo, sábio e prudente.

**A educação e a filosofia**

A *paideia* dá a entender formar o ser humano tendo em vista o governo racional sobre as esferas inferiores da alma, pressupondo a composição da cidade justa para a qual os cidadãos devem ser educados, segundo a própria natureza e voltada às leis racionais dessa república utópica (não-lugar). Estes são os fundamentos éticos e políticos da educação platônica, tendo em vista dirigir racionalmente os potenciais racionais com as quais vem ao mundo os seres humanos por meio das leis e da ideia de bem características da cidade ideal, para assim podermos afirmar junto com Jaeger que: “Só pela educação (isto é, pela formação do Homem) se pode atingir o fim visado pelo legislador; e, quando aquela é verdadeiramente eficaz, dispensa as leis.” (JAEGER, 2010, p.805)

Desse ponto de vista, Platão retoma o teor ou os bens culturais a fazer parte da reforma pedagógica, submetendo-os a uma escolha e coordenação regulada em juízos críticos baseados na razão, tendo como finalidade a formação do ser humano virtuoso e da cidade justa. O corpo precisa ser educado porque é a habitação da alma, e, enquanto tal, os cuidados para com ele devem apresentar zelo especial no período infanto-juvenil. Nesta perspectiva, assim lemos:

A educação não é aquilo que alguns dizem que ela seja, isto é, que se poderia proporcionar a ciência à alma que dela carece como se tratasse de dar luz a olhos cegos (...). A discussão precedente nos faz ver que esta faculdade da alma e o órgão com o qual aprende, assim como os olhos que não podem voltar-se das trevas para a luz a não ser movendo todo o corpo, deve se apoderar da alma toda e separar-se daquilo que é gerado para alcançar a contemplação do se e da parte mais luminosa do se, a qual dizemos que é outra coisa que o Bem (...). Esta arte não produzirá a visa, mas tratará de dirigir o órgão que, tendo visão, não se volta para onde deve. (PLATÃO, A REPÚBLICA, 517c)

O treinamento do corpo prepara deste modo, as faculdades inferiores da alma, que a ele estão conectadas, para a virtude da temperança, moderação e coragem, admissíveis devido à subordinação das mesmas às faculdades da razão. É de fundamental importância saber que o próprio Platão, em sua obra *“Protágoras”*, questiona se existem várias virtudes com nomes diferentes. Em alguns momentos desse texto ele aparentemente defende a identidade das virtudes, mas no final ele afirma que cada uma das partes dela possui uma função própria. Diante desse ir e vir, Platão em um outro texto, no caso “*Laques”*, diz, depois de tratar sobre a coragem como uma das partes da virtude que “estamos todos caídos em aporia.” (PLATÃO, LAQUES, 201)

Pensar em Platão no sentido de uma *aporia* (sem saída), nos deixa perplexos e nos impulsiona a perguntar: o que é uma aporia para Platão? Assim lemos em Rogue: “Momento intermediário onde se passa da ignorância da ignorância ao saber da ignorância, ela abre o caminho para a verdadeira pesquisa.” (ROGUE, 2011, p.48)

Pensar seguindo este caminho é trilhar, ouvir a melodia, que para Platão tem uma importância muito grande, pois a música para a alma não deve ser de qualquer gênero.

É importante observar que os mesmos critérios racionais de escolha e organização de conteúdos formativos servirão à arte literária e às outras artes prescritas à juventude. Para Jaeger a arte:

Designa toda profissão prática baseada em determinados conhecimentos especializados e, portanto, não só a pintura, a escultura, a arquitetura e a música, mas também, e talvez com maior razão ainda, a medicina, a estratégia militar ou a arte da navegação. (JAEGER, 2010, p.653)

Platão afirma que era necessário um ensinamento desses conteúdos literários por uma via de uma pedagogia racional, entendendo que “nenhum projeto pedagógico pode ser avaliado fora do contexto sócio-histórico e deslocado de alguns de seus pressupostos” (PAVIANI, 2008, p.39). A educação teria início com a visita de jovens aos campos de batalha, observando esta última ao longe, e, posteriormente, com o contato com os mortos e feridos dos combates, buscando torná-los duros ao sofrimento imediato e de entreverem, sem temor, o sentido da boa morte. Nessa perspectiva, a pedagogia racional tem como finalidade o desenvolvimento da virtude da coragem, imprescindível à formação dos guardiões, dos sábios e governantes. Apesar disso, o ponto alto da pedagogia racional é a difusão das ciências. Nem todos os jovens, contudo, estão aptos ao desenvolvimento da razão, necessário à geometria, trigonometria e aritmética até então existentes. Além da disciplina, temperança e coragem desenvolvidas até esse momento, os conteúdos lecionados aos jovens exigem que se aspire ao raciocínio imprescindível ao conhecimento dos objetos abstratos.

Àqueles que se colocassem a produzir filosofia sobre as ideias verdadeiras e as virtudes na condução da vida pública, e que perseverassem até o fim ao programa educacional recomendado, estariam dadas as condições indispensáveis para que fossem os orientadores da República, os seus mestres, e não somente isso, mas também aqueles que exercem as atividades necessárias ao governo racional. Estes, definitivamente, seriam sábios e amantes de uma sabedoria que não somente lhes cabe, por natureza, como igualmente é fundamental para os destinos da cidade justa. Aperfeiçoando o projeto político de Platão, além do filósofo-rei, tem-se a cidade regida por ele: a cidade ideal, presente na *Carta VII* e estabelecida na *República*. Para Lara:

O móvel primeiro da especulação platônica, segundo afirmação explícita dele mesmo, na *Carta VII*, foi o desejo de reconstrução (ou construção) da *pólis*, em fundamentos sólidos, que possibilitassem uma convivência humana, na justiça e na felicidade. (LARA, 1989, p.108)

Enfim, a essência do filósofo, para Platão, é de um homem educado mediante uma seleção continuada exercida por esse modelo de ensino ideal, da qual depende seu amadurecimento. É preciso entender que o ensino “quando é verdadeiro, não consiste numa assimilação passiva, mas antes numa procura esforçada, que só é possível pela participação espontânea de quem quer aprender.” (JAEGER, 2010, p.712). Desse ponto de vista, pode-se afirmar que o filósofo é um verdadeiro mestre. O que habilitaria o filósofo a ser o verdadeiro educador?

Platão considera que os filósofos são os verdadeiros mestres dos demais homens e da cidade, sendo em alto grau mais arquétipos de justiça e sabedoria a ser imitados. Um desejo de educar, em que o arquétipo a ser imitado é o filósofo, como verdadeiro mestre e governante ideal, pois “na república ideal, o filósofo deixará o estado de mera contemplação para abraçar um estado de criação.” (JAEGER, 2010, p.712)

A *república* (coisa pública) que tem por ideal ordenar a desordem estabelecida é o modelo em torno do qual se encaixariam os cidadãos a ser desenvolvidos pela educação justa. Por ele, os saberes a ser utilizados nessa formação desenvolvida pelo filósofo e a sabedoria da qual se julga mensageiro seriam legitimados, dada a verdade desse ideal de cidade e a justiça desse modelo educacional para realizá-lo. O poder, -“Platão não condena como uma coisa ‘má em si’”- (JAEGER, 2010, p.840), de que o filósofo está empossado lhe é concedido por um Estado e pelo saber que possui, do mesmo modo como pelos ideais divinos de que é portador, competindo aos discípulos amá-lo como sábio e adotar seus ensinos de maneira a se pôr a serviço do poder público, adquirindo o estatuto de cidadãos. No que se refere ao papel do Estado, Jaeger afirma:

A missão do verdadeiro Estado não é tornar o mais feliz possível a classe dominante da população, uma vez que tal Estado deve velar pela felicidade de todos, e isto depende de que cada indivíduo cumpra o melhor possível a sua função específica, e somente ela. (JAEGER, 2010, p.804)

Tanto a anterior referida teoria educacional, como também o ideal político em que se fundamenta, enraizaram-se fortemente no pensamento e cultura ocidentais. Assim, a educação torna-se sinônimo de cultura do espírito, sendo refletida como meio de livrar o ser humano do caráter corpóreo, que estaria aprisionada. De igual modo, a educação foi idealizada como uma das maneiras de submeter o pensamento humano a uma ordem objetiva e razão divina: orientadores daquele ser humano que aspira à virtude e procura uma vida pública em que pode desempenhar de modo pleno a liberdade. A *paideia*, que segundo Jaeger, “Ao que Estílpon retorquiu com ironia: A Paideia ninguém tirou da minha casa.”(JAEGER, 2010, p.572)

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscamos finalizar esse texto e transitar pelo espaço do inacabamento, do diálogo, e este não se apresenta como um manual filosófico, em especial o diálogo platônico, devido mesmo à sua configuração, pois proporciona certa maneira não-ordenada, um vai-e-vem de imagens, conceitos e discursos com rupturas e repetições. A intenção do diálogo difere da intenção do manual, pois:

Se o diálogo, por sua composição, se distingue do manual, difere dele antes de tudo por seu objetivo. O manual do tipo corrente propõe-se a transmitir uma suma de conhecimentos, a instruir o leitor; o diálogo se fixa em um tema de estudo [...] O diálogo quer formar de preferência a informar. (GOLDSCHIMIDT, 2002, p.02)

De fato, este conceito significa a formação do ser humano, entendendo que somente este conserva e desenvolve sua forma de existência social e espiritual de modo criativo, consciente e racional. Deste modo, o paradoxo entre a *paideia* como livre desenvolvimento das capacidades naturais e a *paideia* como um processo de restrição dessa mesma liberdade parece se romper na obra platônica, na medida em que postula uma restrição imediata da liberdade, tendo em vista o seu verdadeiro conceito e o sumo bem, a ser realizados inteiramente tão somente na cidade justa, onde o paradoxo ecoará no pensamento filosófico e pedagógico que vem a seguir, pois:

A história da *Paidéia,* encarada como morfologia genética das relações entre o homem e a polis, é o fundo filosófico indispensável no qual se deve projetar a compreensão da obra platônica. Para Platão, ao contrário dos grandes filósofos da natureza da época pré-socrática, não é o desejo de resolver o enigma do universo como tal que justifica todos os seus esforços pelo conhecimento da verdade, mas sim a necessidade do conhecimento para a observação e estruturação da vida. (JAEGER, 2010, 590)

Agostinho e Descartes defenderão a restrição da liberdade a ser realizada pela educação, tendo em vista os critérios de verdade e de racionalidade, fundados em bases metafísicas por Platão, ainda que os ordenem de modo diverso. Rousseau, diferentemente, adota uma estrada oposta, contrapondo-se a essas bases metafísicas e defendendo a liberdade como precondição para a *paideia* e para ao livre exercício do pensar, dando início na infância, e não somente após adultos e racionais. Seja qual for o caminho, podemos afirmar, a partir de Jaeger que“a filosofia platônica não é só uma nova teoria do conhecimento, mas a mais perfeita visão (θεωρία - Teoria) do cosmos e das forças humanas.” (JAEGER, 2010, p.717)

Assim, pensamos que a educação apresenta um duplo papel: tanto a constituição homogênea do grupo, como também o método para os caminhos da compreensão e da busca da justiça na sociedade.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARENDT, Hannah. ***“Que é liberdade?”***, in *Entre o passado e o futuro.* São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 201.

BERGSON, Henri. ***Cursos sobre a filosofia grega****.* Tradução: Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Coleção Tópicos.

GOLDSCHIMIDT, Victor. ***Os diálogos de Platão: estrutura e método dialético****.* Tradução: Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HADDOCK-LOBO, Rafael (Org.). ***Os filósofos e a arte***. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

JAEGER, W. ***Paidéia*: A formação do homem grego.** TraduçãoArtur M. Pereira. 5ª Edição. Editora WMF Martins Fontes, 2010. p. 590-591.

LARA, Tiago Adão. **Caminhos da razão no Ocidente: a filosofia nas suas origens gregas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1989. 4. ed. Coleção Caminhos da Razão. V. 1.

NUNES, Benedito. ***Ensaios Filosóficos.*** Organização e apresentação Victor Sales pinheiro. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

PAVIANI, J. ***Filosofia e o método em Platão***. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

PAVIANI, Jayme. ***Platão & a Educação***. Belo Horizonte. Autêntica. 2008.

PAVIANI, Jayme. ***As origens da ética em Platão.*** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

PLATÃO. ***O Banquete /*** *Texto grego John Burnet; tradução Carlos Alberto Nunes* ; editor convidado Plínio Martins Filho; coordenação Benedito Nunes e Victor Sales Pinheiro – 3ª edição – Belém: Ed.ufpa, 2011.

PLATÃO. ***Diálogos ll: Górgias (ou da retórica), Eutidemo (ou da disputa), Hípias maior (ou do belo), Hípias menor (ou do falso).*** Tradução, textos complementares e notas Edson Bini. Bauru – São Paulo. Edipro, 2007.

PLATÃO. ***Diálogos lll: (socráticos): Fedro (ou do belo); Eutífron (ou da religiosidade); Apologia de Socrates); Críton (ou do dever) ; Fédon (ou da alma).*** Tradução, textos complementares e notas Edson Bini. Bauru – São Paulo. Edipro, 2008.

PLATÃO. ***A República (ou Da justiça).*** Tradução, textos complementares e notas Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2002.

ROGUE, Christophe. ***Compreender Platão***. 5ª edição. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

1. “Traduz-se *doxa*, em geral, por opinião. É uma modalidade de conhecimento considerado inferior ou falso na perspectiva de Platão, pelo fato de ter suas bases nos sentidos, na experiência, que parte de imagens e da imaginação ou simplesmente da fé perceptiva. Toda a filosofia platônica é uma luta que tem como objetivo superar a opinião e alcançar a ciência, a *episteme*.” (PAVIANI, 2008. p. 120) [↑](#footnote-ref-1)
2. “A dialética de Platão não é um método simples e linear, mas um conjunto de procedimentos, conhecimentos e comportamentos desenvolvidos sempre em relação a determinados problemas ou conteúdos filosóficos.” (PAVIANI, 2001. p.13) [↑](#footnote-ref-2)
3. “Traduz-se, em geral, por conhecimento ou ciência. Em Platão, a episteme indica o mundo das ideias ou das formas imutáveis, eternas, objetivas, etc. Platão, em diversos diálogos, mostra a necessidade de ultrapassar a *doxa* para alcançar a *episteme.* Na República, as metáforas da linha e da caverna ilustram as diferenças entre a *doxa* e a *episteme*.” (PAVIANI, 2008. p. 120) [↑](#footnote-ref-3)